

**ANEXO II – PROPOSTA**  
**(Conforme Anexo II do Convite)**

Juan José Muñoz Rueda, B.I. Nº 37375293–V, domiciliado na Ribera del Loira, 60 – 28042 Madrid, na qualidade de Representante legal de Endesa Energia Sa – Sucursal Portugal, com o NIF nº 980245974, com Sede Social em Quinta da Fonte, Edifício D. Manuel I – Piso 0 – Ala B, 2770-203 Paço de Arcos, Oeiras depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do procedimento 033\_AJD\_SA\_16 - Fornecimento de energia eléctrica para a ETAR da Guia, instalação alimentada em Média Tensão, do Município de Pombal, ao abrigo do Acordo Quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental da ANCP, obriga-se a executar o fornecimento e a cumpri-lo integralmente para o Lote 4 – Média Tensão (MT), em conformidade com o Caderno de Encargos e pelo preço composto pelas seguintes parcelas para a componente de Energia Ativa:

**Lote 4 -- Média Tensão (MT):**

Ciclo horário de faturação - Diário  
Locais de consumo com os Códigos de Ponto de  
Entrega: PT0002000116938427W.1- ETAR DA GUIA

	Descrição	Preço proposto
Energia ativa [€/kWh]	Horas ponta	0.0618
	Horas cheias	0.0564
	Horas vazio	0.0505
	Horas super vazio	0,0453

Nota: Os preços apresentados não incluem a componente de acesso às redes.

Preço Global proposto para o Lote 4 - Média Tensão (MT) é de: € 47.184,31 (quarenta e sete mil, cento e oitenta e quatro euros e trinta e um centimos de euro), que não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Nota: Os preços apresentados não incluem a componente de acesso às redes.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Sobre aqueles preços acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. O prazo de entrega dos bens a concurso é de 15 dias, após comunicação do Município.



Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Porto, 31 de Maio 2016